

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE ALGUNS
JULGADOS COMO MINISTRO RELATOR.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Consignação em Pagamento - Rescisão de contrato de compra e venda de imóvel residencial - Atraso no pagamento das prestações - Caixa Econômica Federal - É justa a recusa de recebimento, se o devedor se achar, incontestavelmente, em mora - As promessas de venda de moradias, avençadas com a Caixa Econômica Federal, regulam-se, segundo o direito comum, pelas cláusulas do respectivo contrato, e não pelos dispositivos especiais de venda de terreno loteado - Desnecessárias, assim, a prévia interpelação do promitente-comprador para fazê-lo incorrer em mora (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 24.065-RJ</p>	<p align="center">17/12/73</p>
<p>Ação de Esbulho - Despejo - Prazo para desocupação de imóvel ocupado por empregado de Rede Ferroviária - Se não gratuita a ocupação da casa, define-se a ferrovia como locador e o empregado como locatário, tendo esse, o direito de ser previamente notificado a desfrutar de prazo para desocupação - De modo algum pode ser o empregado colocado como esbulhador (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 21.946-SP</p>	<p align="center">12/02/68</p>
<p>Ação Penal - Contra membro do Ministério Público - Crime de apropriação indébita de contribuições previdenciárias - Necessidade de representação do órgão - Inexistência de ofensa à lei penal - A inexistência de representação pelo órgão previdenciário ao MP e a prova da tramitação de processo relativo a pedido de liquidação do débito, caracterizando a falta de intenção do acusado de fazer suas contribuições, refutam a arguição de ofensa à lei penal e conduzem ao arquivamento do inquérito (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">APN 05-BA</p>	<p align="center">29/11/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação de Repetição de Indébito - Carência de ação - O pagamento do débito fiscal de acordo com a Lei 4.862/65, art. 14, não torna o autor carecedor da ação de repetição de indébito que havia proposto - Ilegalidade de lançamento suplementar por Imposto de Renda (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 27.644-MG</p>	<p align="center">22/03/72</p>
<p>Ação de Repetição de Indébito - Restituição de taxa de despacho aduaneiro, indevidamente paga - A restituição dependia de prova de que o autor suportou o ônus da tributação sem incorporá-lo ao preço da mercadoria - Aplicação do art. 166 do Código Tributário Nacional (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 27.871-GB</p>	<p align="center">17/05/73</p>
<p>Ação de Ressarcimento - Indenização por perdas e danos - Demolição de imóvel de propriedade do espólio durante a realização de serviço - Uma indenização compreende não só o dano emergente como os lucros cessantes - Defeso ao Juiz incluir na condenação lucros cessantes não pedidos pelo autor (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 26.101-MG</p>	<p align="center">13/05/70</p>
<p>Ação de Usucapião - Posse vintenária sobre a gleba objeto da ação - Alegação de estar a área usucapiada em terras da União Federal - Prova, na justificação prévia e no decorrer da ação, a posse vintenária dos autores sobre área cercada, a simples alegação de pertencerem as terras à União, desacompanhada de qualquer prova, não basta para negar aos requerentes o reconhecimento jurídico de usucapião (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 22.855-SP</p>	<p align="center">10/09/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Acidente de Estrada de Ferro - Responsabilidade civil - Colisão de automóvel com trem de ferro em passagem de nível - A imprudência da vítima não exclui a responsabilidade da Rede Ferroviária, por defeitos de sinalização e ausência de guarda no cruzamento - Admissão da culpa concorrente, a pagar ao autor, como indenização da metade dos danos que sofreu, acrescida de juros moratórios (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 28.987-PR</p>	<p align="center">21/03/73</p>
<p>Acidente de Estrada de Ferro - Responsabilidade civil - Morte de um menor projetado ao solo através da porta do comboio, que fora mantida perigosamente aberta - Limitação da indenização a um terço do salário mínimo vigente, por ser secundária a participação do filho para a economia familiar ou doméstica - Aplicação da Súmula 491 do STF (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 31.963-GB</p>	<p align="center">12/03/73</p>
<p>Acidente de Trânsito - Assistência médica e suplementar - Ressarcimento - Seguro obrigatório - Responsabilidade civil - Sub-rogação - Ação regressiva do INPS contra a seguradora - Procedência até o limite máximo do seguro obrigatório de responsabilidade civil - Aplicação do art. 985, item III, do Código Civil (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 38.549-PR</p>	<p align="center">08/03/76</p>
<p>Acidente de Trânsito - Colisão de automóvel particular, com outro pertencente a uma autarquia - Responsabilidade civil do Estado - Segundo o princípio da responsabilidade, adotada desde a Constituição de 1946, provada a lesão sem concurso do lesado, subsiste a responsabilidade administrativa pelo respectivo ressarcimento integral do prejuízo a ser devidamente apurado em execução (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 28.024-BA</p>	<p align="center">26/04/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
Acidente de Trânsito - Homicídio culposo e lesões corporais culposas - Absolvição do acusado por não ter o acidente (colisão de veículos) resultado de sua culpa, mas exclusivamente da imprudência da vítima, que conduzia sua motocicleta com grande excesso de velocidade (Improcedente) (TP) (TFR)	APN 03-AM	31/05/77
Acidente de Trânsito - Responsabilidade civil - Atropelamento de um pedestre, por culpa do chofer de uma viatura oficial, condenado por sentença criminal definitiva - Procedência da ação de indenização, proposta pela viúva e filhos da vítima - Concessão da pensão a três salários mínimos com apoio no laudo do perito (Proviemento parcial) (T1) (TFR)	AC 41.740-DF	06/11/74
Acumulação Remunerada - Opção - É obrigado a optar o funcionário que acumulava cargo público com emprego exercido na antiga Fundação da Casa Popular, que foi transformada em Autarquia (Provimento) (T3) (TFR)	AGMSG 65.975-SP	07/02/72
Autarquia - Legitimidade de parte - Reconhecimento da legitimidade do ente autárquico para estar em Juízo contra a pessoa-matriz - Inexistência de norma legal - A tutela do Estado não impede que a autarquia, para fazer valer contra ele os seus legítimos interesses, possa demandá-lo (Provimento) (T3) (TFR)	AC 26.055-BA	04/11/70

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Apropriação Indébita - Ilícito penal - Inadimplemento de contrato de depósito de natureza regular, não sujeito a apreciação pela via criminal - Absolvição criminal - Confirmação de sentença absolutória por terem, afinal, permanecido conflitantes e incompletas as provas, das quais não emerge certeza sobre a acusação, nem quanto à autoria e nem mesmo à existência de crime (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.603-SP</p>	<p align="center">25/09/72</p>
<p>Competência - Ação ajuizada contra sociedade financeira em liquidação e contra o Banco Central do Brasil, autarquia federal - A competência é da Justiça Federal (Conhecimento) TP) (TFR)</p>	<p align="center">CJ 1.071-GB</p>	<p align="center">07/10/71</p>
<p>Competência - Ação de ressarcimento consequente à danificação de linha telegráfica - Rede telegráfica não pode ser classificada como ação imobiliária - Procedência de agravo, para modificar a sentença de primeira instância, a fim de que prevaleça o foro do domicílio do réu (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AG 33.265-PB</p>	<p align="center">08/05/72</p>
<p>Competência - Conexão - Inquérito em que se esboçam provas de rapto consensual - Competência determinada segundo a regra do art. 78 do Código de Processo Penal, pelo lugar em que se consumou esse crime - Justiça Estadual (Conhecimento) (TP) TFR)</p>	<p align="center">CC 3.218-RJ</p>	<p align="center">20/04/78</p>
<p>Competência - Declaração de insolvência - Conflito de competência solucionado no sentido da competência do Juízo de Direito da Comarca em que foi proposta a ação, não obstante a existência de execução anterior em outra Comarca (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">CC 2.590-SP</p>	<p align="center">13/11/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência - Fiscalização sobre posse de explosivo - Não obstante a amplitude de fiscalização cometida ao Exército, não é, no caso, a União Federal sujeito passivo do delito, que, conseqüentemente, não entra na órbita da competência federal - O interesse da União só se configura quando a posse de substância ou engenho explosivo traduza o propósito de atentar contra a segurança nacional ou a ordem política e social da Nação - Competência da Justiça Estadual (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>CC 2.660-PR</p>	<p>18/03/76</p>
<p>Competência - <i>Habeas Corpus</i> - Impossível o TFR conhecer da ordem, pois anteriormente já decidira pela competência da Justiça Estadual para apreciar o processo criminal a ele concernente (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>HC 2.496-RS</p>	<p>13/05/71</p>
<p>Competência - Inventário - O novo estatuto processual alterou o critério para fixação de competência nos casos de inventário, traçando preferencialmente a seguinte ordem: foro do domicílio, foro da situação dos bens e foro de óbito - A inovação, sob o CPC de 1939, refere-se à hipótese de não ter o <i>de cujus</i> domicílio certo e possuir imóveis em lugares diferentes, sendo que nesse caso o critério da fixação pelo local do óbito passou a atuar sobre o critério do local de situação de bem imóvel - Entretanto, por não se tratar de competência de natureza absoluta, a inovação não se aplica aos inventários requeridos de acordo com a lei anterior - Para estes prevalece o princípio da prevenção (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>CC 2.641-SP</p>	<p>12/08/76</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência - Mandado de Segurança - Ato da Delegacia do Trabalho Marítimo - A competência para julgar Mandado de Segurança contra determinação contida em regulamento expedido por Delegacia do Trabalho Marítimo é do Juízo da Vara Privativa dos Feitos da Fazenda Pública (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 42.515-SC</p>	<p>23/05/66</p>
<p>Competência - Policial Militar denunciado por crime em função na Companhia de Polícia Rodoviária da Força Pública do Estado - Os oficiais e praças das milícias militares estaduais, quando se encontrem no exercício de função policial civil, não são, para efeitos penais considerados militares - Conflito solucionado no sentido da competência da Justiça Estadual (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>CJ 1.582-RS</p>	<p>12/12/72</p>
<p>Competência - Recurso criminal - Pedido de reabilitação do réu - É ato jurisdicional da competência do Juiz da condenação - Proferida a sentença pelo Juiz Estadual, prevalece sua competência para o pedido de reabilitação do condenado por crime culposo (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p>CJ 1.739-GB</p>	<p>08/02/73</p>
<p>Concessão de Serviço Público - Rede Telefônica - Natureza jurídica das relações do usuário com o serviço público - Execução do contrato - Violação de cláusulas contratuais - Não se equipara concessão de serviço público a contrato de direito privado - As modificações do regulamento atingem uniformemente a todos os usuários, cuja situação particular não houver sido definida em contrato (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 6.6452-CE</p>	<p>17/05/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Concurso de Provas - Funcionários do Ministério das Relações Exteriores - Preferência dos candidatos - Em concurso ou prova de seleção destinada ao enquadramento de funcionários, não se admite discriminação entre candidatos para assegurar a determinado grupo maior número de vagas, nem segunda chamada sem prévia regulamentação que a tivesse assegurado (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 30.265-GB</p>	<p align="center">03/05/72</p>
<p>Contrato Administrativo - Nulidade - A invalidade ou nulidade de pleno direito opera <i>ex tunc</i>, impedindo os efeitos jurídicos que normalmente deveria produzir o contrato - Não cabe indenização ao particular se ele correspondeu com culpa própria para anulação do contrato (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 37.253-RJ</p>	<p align="center">26/04/76</p>
<p>Contrato de Locação - Serviço de construção - Regime de administração paga em prestações mensais - Suspensão do pagamento da comissão temporariamente, para que se fizesse estudos e cálculos - Retenção de certa importância a título de caução - Inadimplemento contratual - Culpa - Se o inadimplemento resultou da culpa de um dos contratantes, tem direito o outro ao ressarcimento das perdas e danos (Provimento) (T2) (TFR)</p>	<p align="center">AC 17.027-BA</p>	<p align="center">15/11/84</p>
<p>Contribuição Previdenciária - Ação executiva contra a Prefeitura Municipal - Contribuições não recolhidas - Dívida ativa das instituições de previdência - As contribuições devidas ao INPS dependem para sua cobrança da prévia inscrição em livro próprio (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 34.290-SP</p>	<p align="center">14/05/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Crime de Descaminho - Apreensão de mercadorias de procedência estrangeira, sem nota fiscal - Corrupção ativa - Confirmação de sentença condenatória diante da materialidade do delito e da participação de ambos os acusados no descaminho de mercadorias estrangeiras provenientes de Manaus - Condenação por crime de corrupção ativa pela oferta de propina ao policial que dirigia a diligência do flagrante pelo porte das mercadorias (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p>ACR 3.202-SP</p>	<p>10/02/78</p>
<p>Crime de Desobediência - Configuração - Cumprimento de ordem - O crime exige para sua configuração, ordem de autoridade expedida contra determinada pessoa (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p>HC 2.491-RS</p>	<p>09/03/71</p>
<p>Desapropriação - Imissão provisória de posse - Não é legal a imissão provisória de posse, com dispensa de arbitramento feito na conformidade do art. 685 do CPC, nas hipóteses de exceção enumeradas pela Lei de Desapropriações - Denegação de segurança que visava anular o auto de imissão provisória de posse (Indeferimento) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 72.161-ES</p>	<p>29/03/73</p>
<p>Dupla Aposentadoria - Ferroviário que, admitido antes da encampação da Rede Ferroviária Federal S. A., continuou a lhe prestar serviços na qualidade de pessoal cedido à União Federal e sob o regime estatutário, tem direito à dupla aposentadoria - A concessão não contraria a proibição constitucional (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 28.837-MG</p>	<p>09/08/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Eleição Sindical - Sustação de posse dos eleitos - Reforma da sentença que sustou a posse da nova diretoria eleita para a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais, visto que a interposição do recurso contra a eleição não tem efeito suspensivo (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 76.716-MG</p>	<p align="center">06/10/75</p>
<p>Erro Material - Interposição de apelação em nome de terceiro, estranho à lide - Confirmação do despacho que negou seguimento ao recurso, visto como o erro, sem dúvida imputável ao apelante, só poderia ser eficazmente corrigido dentro do prazo da apelação (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 38.752-RJ</p>	<p align="center">18/05/77</p>
<p>Execução - Nulidade - Somente por via de embargos à execução pode o executado obter a nulidade do processo da ação e da sentença exequenda - Na ausência de recurso adequado consideram-se supridas as nulidades do processo, inclusive os defeitos de intimação e da própria citação inicial do réu para a causa (Desconhecimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 26.949-GB</p>	<p align="center">04/05/70</p>
<p>Executivo Fiscal - Coisa julgada - Repetição de indébito referente à mesma dívida - O julgamento de executivo fiscal, em processo regular, mesmo não contestado, impede o uso de ação de repetição de pagamento relativo ao mesmo débito (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 29.181-GB</p>	<p align="center">31/05/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Executivo Fiscal - Contra firma que teve decretada sua falência - Descabe pretensão do exequente de cobrar à massa juros, multa e honorários advocatícios dos credores - Devida a correção monetária desde a confissão da dívida, que não fora inscrita, até a data da sentença que decalou a falência (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 35.286-SP</p>	<p align="center">02/09/74</p>
<p>Executivo Fiscal - Falência do executado - Correção monetária - O Dec.-Lei 858/69 regulou, especificamente, a correção monetária de débitos fiscais na hipótese de falência do executado - Deve ser calculada após a data de vigência do citado decreto, para que o pagamento dos juros contra a massa fique na dependência de que o ativo seja suficiente para o pagamento do passivo (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 33.246-SP</p>	<p align="center">20/03/72</p>
<p>Executivo Fiscal - Penhora - Embargos de terceiro - Reforma de sentença para julgar improcedentes os embargos de terceiro, por não ter ficado provado ser a embargante senhora ou possuidora do bem penhorado (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 35.607-MT</p>	<p align="center">23/10/73</p>
<p>Ferrovário - Benefícios - Desde que aposentado após a encampação da Ferrovia pelo Estado, tem direito aos benefícios do regime estatutário, tais como: reajustamento, abonos e acréscimo de salário de família - A prescrição relativa à sua remuneração atinge apenas as prestações mensais que datarem de mais de cinco anos (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 31.401-PE</p>	<p align="center">09/08/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Funcionário Público - Aposentadoria - Direito de perceber os proventos calculados com as vantagens do Padrão CC-1 - Ação ajuizada contra a União Federal para conceder ao autor (por ter exercido, por 10 anos, cargo em comissão) aposentadoria com as vantagens da Lei 2.745/56 - A lei não condicionou atribuir-se o cargo, mas as vantagens do cargo imediatamente inferior para aqueles servidores que houvessem exercido, durante certo período inferior a dois anos, comissão ou função gratificada (Desprovidamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 32.609-GB</p>	<p align="center">20/11/72</p>
<p>Funcionário Público - Demissão a bem do serviço público - Reintegração - A absolvição criminal por insuficiência de provas, não ilide o processo administrativo de que resultou a demissão - Ao judiciário é vedado reapreciar as provas existentes e apreciadas na via administrativa, para efeito de alterar a decisão delas resultante (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.804-SP</p>	<p align="center">29/11/71</p>
<p>Funcionário Público - Demissão - Reintegração - Desvio de dinheiro pertencente à Fazenda Pública - Revisão do ato administrativo - A absolvição do funcionário, por insuficiência de provas, não invalida sua demissão, nem autoriza a revisão do respectivo processo administrativo - Em Juízo, devido à existência de falta residual, não era possível apreciar o merecimento da pena disciplinar (Desprovidamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 30.256-RS</p>	<p align="center">08/11/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Funcionário Público - Demissão - Reintegração - Servidora com direito à estabilidade, por força de disposição da lei ordinária e do art. 177, da Constituição de 1967, não poderia ser validamente destituída, após mais de dez anos de serviço, salvo a hipótese de falta grave apurada em processo administrativo regular - Ação de reintegração no serviço público julgada procedente contra a União Federal (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 32.552-DF</p>	<p>30/05/73</p>
<p>Funcionário Público - Procurador autárquico - Enquadramento - Tem direito a enquadramento o Procurador do IAPI, que satisfaz a tempo os requisitos da Resolução 202/46 (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 62.968-GB</p>	<p>28/05/69</p>
<p>Funcionário Público - Proventos da inatividade - Equiparação aos vencimentos dos funcionários em atividade - O Dec-lei 81/66, art. 4º, embora tenha se referido a um reajustamento concedido na forma da Lei 2.622/55, não nivelou os proventos dos inativos aos vencimentos dos funcionários em atividade (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>HC 33.109-RN</p>	<p>18/10/72</p>
<p>Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - Movimentação de conta vinculada para reforma de moradia - Reforma da sentença concessiva de segurança, para a utilização da conta individualizada do empregado-optante, com a finalidade de consertar sua moradia, seriamente danificada por forte temporal - A movimentação da conta vinculada está subordinada às condições da lei, seguindo o disposto em sua regulamentação, e esta não compreende a hipótese em exame (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 68.954-GB</p>	<p>12/02/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Futebol - Assistência médica aos atletas - Competição esportiva - Em consonância com as leis e regulamentos nacionais e internacionais pertinentes ao assunto, em obséquio à boa ordem e disciplina que devem reinar no campo, ao árbitro da disputa é que toca decidir em <i>ultima ratio</i> sobre a oportunidade e conveniência da entrada, no recinto em que se desenrola o prélio, dos médicos designados para a prestação do socorro profissional aos contendores por acaso acidentados (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AGMSG 34.137-GB</p>	<p>29/04/66</p>
<p>Habeas Corpus - Exportação de platina não trabalhada - O Código Penal não se refere apenas a mercadoria proibida, constitui contrabando a exportação desse metal, cuja venda está sujeita a controle (Denegação) (T3) (TFR)</p>	<p>HC 2.044-GB</p>	<p>14/04/69</p>
<p>Habeas Corpus - Falta de justa causa - Uso de documento falso - A existência de sentença condenatória apelável não exclui o uso do habeas corpus - Inadmissível, no Direito Brasileiro, a co-autoria por participação subsequente - Procedente a alegação de falta de justa causa se acusado o réu do crime dos arts. 299 e 304, quando não houver, de sua parte, efetivo emprego ou utilização do documento falso, nem pode ser o mesmo acusado, como já visto, de co-autoria subsequente (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p>RHC 2.019-SP</p>	<p>30/10/68</p>
<p>Habeas Corpus - Prisão em flagrante - Delito de descaminho - Excesso de prazo - Denegação - Pelo critério estabelecido no art. 403 do CPC, a demora imputável à defesa deve ser descontada do conjunto de prazos normais necessários à apuração de excesso na formação da culpa (Denegação) (T3) (TFR)</p>	<p>HC 2.338-GO</p>	<p>15/06/70</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Importação - Automóvel trazido do exterior - A proibição de importar carros de luxo cujo preço seja superior a três mil e quinhentos dólares, desapareceu com o advento da Lei 3.244/57 - Não teria cabimento impedir ao conhecido artista e cantor (Roberto Carlos Braga) receber o seu automóvel, pagos os direitos devidos, tanto mais que o adquiriu ao que parece, como prêmio de trabalho realizado no exterior (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 63.537-SP</p>	<p align="center">26/05/69</p>
<p>Importação - Mercadoria devolvida por erro - Devolução sem o respectivo despacho aduaneiro - Reexportação - Inexiste direito líquido e certo à reexportação de mercadoria (que se disse importada por erro), independentemente de seu exame e conferência, nos termos da legislação em vigor (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 66.367-SP</p>	<p align="center">07/02/72</p>
<p>Imposto - Isenção - A isenção fiscal condicionada, de todos os impostos federais, outorgada como incentivo à indústria siderúrgica, abrange os impostos futuros decretados dentro do prazo da isenção, inclusive o imposto de renda - A decisão do Supremo Tribunal Federal nesse sentido faz coisa julgada quanto aos exercícios posteriores em que se discute idêntica tese de direito (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 32.531-MG</p>	<p align="center">17/12/73</p>
<p>Imposto de Importação - Automóvel - Franquia temporária concedida a turista em viagem de recreio - Falso turista - Sem prova de que o fiador tivesse participado de fraude, pela qual se importou o carro, através de um falso turista, não é possível responsabilizá-lo pelo pagamento dos direitos alfandegários e multas referentes à importação (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 29.403-GB</p>	<p align="center">04/10/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto sobre Operações Financeiras - Cobrança pela Caixa Econômica Federal - Submetidos em contrato de mútuo com garantia hipotecária - Legalidade - É legal a transferência de imposição do tributo aos clientes das instituições financeiras ou seguradoras (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 30.855-DF</p>	<p align="center">20/03/72</p>
<p>Imposto de Renda - Adicional sobre lucros - O acréscimo não atingiu as empresas concessionárias de serviço público, com lucros não superiores a doze por cento, nem as pessoas jurídicas civis aludidas nos parágrafos do art. 44 do Regulamento do Imposto de Renda (Desprovisamento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 25.766-GB</p>	<p align="center">1º/12/71</p>
<p>Imposto de Renda - Glosa de despesas de comissões pagas à empresa privada - Autuação feita três anos depois que o imposto já fora liquidado, com base em retificações aceitas pelo Fisco, mediante denúncia espontânea do contribuinte - Dívida paga mediante parcelamento devidamente cumprido, com o efeito de transação relativa ao primeiro débito, de modo a prevenir o contribuinte contra levantamento posterior - Crédito fiscal considerado extinto nos termos do art. 156 do CTN (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 70.955-SP</p>	<p align="center">30/10/72</p>
<p>Imposto de Renda - Lançamento <i>ex officio</i> - Sonegação - Penalidade - Redução da multa - Provimento do recurso do contribuinte para determinar a conseqüente dedução em seu débito, inscrito após a vigência da nova lei - Às penalidades fiscais se aplica a solução <i>in mitius</i>, segundo o princípio inscrito no art. 153 da Constituição Federal (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AP 33.547-GB</p>	<p align="center">23/04/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Renda - Lançamentos suplementares - Irregularidades - Sociedade por quotas de responsabilidade limitada tributada como se fosse sociedade comercial, sem o benefício da taxação especial - Sociedade que se apresenta como civil, mas que, de fato, se dedica a negócios mercantes, não pode ser beneficiada pela taxação especial prevista no RIR (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AP 30.434-PR</p>	<p>23/11/73</p>
<p>Imposto de Renda - Pagamento do tributo na fonte, sobre remessa de juros para o exterior - Juros pactuados em contrato de aquisição de equipamentos industriais - Legal a exigência do tributo, visto representarem os juros rendimentos e assim estarem legalmente classificados (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 61.025-SP</p>	<p>21/10/68</p>
<p>Imposto de Renda - Taxa de conversão da moeda estrangeira - Investidor sediado no exterior - Indevida na espécie a cobrança do imposto na fonte, por inexistir, em realidade, a diferença de taxa de conversão do dólar beneficiando o investidor sediado nos Estados Unidos da América (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 29.333-SP</p>	<p>07/02/73</p>
<p>Imposto do Selo - Transferência de dinheiro - Empréstimo - A remessa de dinheiro para o Brasil e o posterior ajuste através de correspondência epistolar, de empréstimo do mesmo dinheiro, constituem atos perfeitamente distintos, sujeitos ambos ao imposto do selo, por força de dispositivos diversos da lei (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AGMSG 40128-SP</p>	<p>23/05/66</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto Único sobre Minerais - Incidência sobre material de construção - Isenção - Sem prova de que tenham adquirido diretamente do produtor não estão as empresas de construção sujeitas ao pagamento do imposto único sobre minerais adquiridos para emprego em suas atividades, tais como pedra, areia bruta, saibro e cascalho (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 64.246-MG</p>	<p align="center">07/02/72</p>
<p>Isenção Fiscal - Empresa concessionária de serviço público de eletricidade - A isenção não compreende o Imposto sobre Produtos Industrializados, que recai não sobre o comprador, mas sobre os fabricantes (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 60.565-PE</p>	<p align="center">20/08/69</p>
<p>Locação - Despejo - Imóvel comercial - Carece de ação o proprietário que propõe ação de despejo com fundamento em uso próprio, sem provar a notificação prévia do inquilino para desocupar o imóvel dentro do prazo determinado em lei (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 32.143-SP</p>	<p align="center">12/03/73</p>
<p>Locação - Despejo - Prédios urbanos - Rede Ferroviária Federal S. A. - Moradias construídas pelos Ferroviários - A Lei do Inquilinato compreende todas as locações de prédios urbanos, inclusive as moradias construídas pelos Ferroviários por permissão da Estrada de Ferro (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 26.472-GB</p>	<p align="center">06/05/70</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Loteria Esportiva - Direito a recebimento do respectivo prêmio, por ter completado treze pontos - Responsabilidade da Caixa Econômica Federal pelo pagamento do prêmio mediante apresentação de um recibo não autêntico e sem a correspondente matriz - Considerado o impetrante carecedor do direito ao exercício do mandado de segurança, que não cabe para decidir matéria de alta indagação, dependente de investigação para apuração de fatos controvertidos (Desprovinimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 70.383-GB</p>	<p align="center">07/02/73</p>
<p>Magistério - Professor Catedrático - Encampação da Escola - Contagem de tempo de serviço para aposentadoria - O Professor fundador, equiparado a catedrático, conserva o seu direito de ser aposentado pela Universidade a que foi incorporado o estabelecimento de ensino em que lecionava - Direito à aposentadoria com direito a proventos vencidos e vincendos, a partir do ato declaratório da aposentadoria (Desprovinimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 30.175-CE</p>	<p align="center">20/10/71</p>
<p>Mandado de Segurança - Ato do Conselho Nacional de Desportos que, sob pena de cassação de licença, exigiu da impetrante a modificação de seu nome pela supressão da expressão "do Brasil" que privativa de entidade de âmbito nacional, inclusive o próprio Conselho, confederação, ligas e centros classistas de desportos (Desprovinimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 63.601-GB</p>	<p align="center">17/11/69</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança - Ato do Ministro da Fazenda - Apreensão de mercadoria - Pena de perdimento - Liberação - Prazo de permanência - Mercadoria declarada perdida por excesso de prazo de permanência em recinto alfandegário - Constitucionais as normas reguladoras da rigorosa medida, como à unanimidade decidiu o Tribunal no MS 81.313-DF - Na espécie, entretanto, concede-se segurança à importadora, porque a sanção havia sido imposta com desrespeito ao novo prazo concedido às mercadorias que já haviam entrado na Alfândega (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 81.995-DF</p>	<p align="center">25/08/77</p>
<p>Mandado de Segurança - Ato do Presidente da Confederação Paranaense de Futebol que nega autorização ao Coritiba Futebol Clube para realização de um jogo amistoso com o Metropol, da cidade de Criciúma - O órgão de direção dos desportos exerce função delegada do Poder Público e seus atos de administração estão, em tese, sujeitos ao controle de <i>writ</i> (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 59.681-PR</p>	<p align="center">23/04/69</p>
<p>Militar - Direito de reversão à atividade - Por simples aplicação do princípio de isonomia deve-se compreender que a lei autorizou a reversão também dos oficiais do exército reformados com base no Decreto 19.700/31 (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 27.684-GB</p>	<p align="center">17/11/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Militar - Ex-soldado - Direito a Reforma - Julgado incapaz para o serviço militar - Portador de alienação mental - Se não comprovada a relação de causa e efeito entre a doença do ex-soldado e as condições inerentes ao serviço, impossível reconhecer-lhe direito à reforma (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 18.577-PE</p>	<p align="center">09/03/66</p>
<p>Militar - Promoção na passagem para a reserva - O art. 6º da Lei nº 4.902/65 contém regra de direito intertemporal, que assegurou aos seus beneficiários serem promovidos nos termos da legislação anterior sem restrição - A lei nova só permite a passagem para a reserva, a pedido, aos 30 anos de serviço (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 28.135-GB</p>	<p align="center">13/05/71</p>
<p>Militar - Promoção - Polícia Militar do ex-Distrito Federal - A promoção de que trata a Lei 3.067/56 deve ser dada de acordo com os critérios específicos à legislação da Polícia Militar e não com observância das regras da Lei 2.370/54, reguladora da inatividade no Exército, Marinha e Aeronáutica (Improcedente) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">AR 353-GB</p>	<p align="center">19/09/72</p>
<p>Militar - Reforma - Incapaz definitivamente para exercer o serviço militar - É direito do praça ser reformado com qualquer tempo de serviço, se provado em juízo que, devido a doença sem relação da causa e efeito com o serviço militar, está incapaz de prover os meios de subsistência (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 26.094-GB</p>	<p align="center">18/05/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Militar - Reforma com promoção - Moléstia adquirida durante o serviço militar - A paralisia facial, incapacitante para a vida militar, inclui-se entre as moléstias que dão direito à reforma do praça com qualquer tempo de serviço e promoção ao posto subsequente (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 30.695-GB</p>	<p>14/06/72</p>
<p>Militar - Restituição do indevido - Militar excluído do serviço ativo e reintegrado mediante decisões judiciais cassadas pelo Supremo Tribunal Federal, que, provendo recurso extraordinário, decretou a prescrição da ação ajuizada contra a União Federal - Dispensa do recolhimento das importâncias recebidas de boa-fé, por força das aludidas decisões (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 37.388-RJ</p>	<p>30/06/78</p>
<p>Nacionalidade - Opção - Filha de estrangeiro e mãe brasileira - Registro - Quando apenas um dos pais for estrangeiro, a serviço de seu Governo, não pode ser negado à pessoa nascida no Brasil, o direito de opção pela nacionalidade brasileira, <i>ad instar</i> do dispositivo no art. 145, da Constituição Federal (Deferimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 53.454-SP</p>	<p>15/12/78</p>
<p>Peculato - Funcionário do DNER - Apropriação de peças - Inquérito policial - Inexistência de prova material do fato - A confissão isolada, não condizente com outras provas, torna-se inválida para a certeza necessária a uma condenação - Jamais pode suprir a falta de corpo de delito, direto ou indireto (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p>ACR 1.354-PI</p>	<p>17/06/68</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Peculato Culposo - Depende da existência de crime doloso praticado por outrem - Se da desídia do funcionário, a quem se imputa dolo, não autoriza a prova deduzir uma intenção consciente de apropriação da coisa ou de seu desvio em proveito próprio ou alheio, não se caracteriza o crime doloso - Mas, sobretudo, não se caracteriza sem prova do elemento material consistente na existência do desfalque que a denúncia menciona (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.332-PA</p>	<p align="center">28/04/69</p>
<p>Pensão Previdenciária - À madrasta que vivia sob o mesmo teto e na dependência econômica exclusiva do enteado, cabe o direito à pensão instituída pela morte deste - A LOPS não é restritiva dos casos de dependência: visa apenas à segurança de prova dessa relação (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 42.403-SP</p>	<p align="center">08/10/75</p>
<p>Pensão Previdenciária - Carência - De acordo com a legislação o período de carência era de doze meses - Nem pela LOPS, nem pela legislação anterior, era possível considerar ter incorrido em decadência associado obrigatório do IAPI, que falecera de cardiopatia grave após o recolhimento de onze contribuições a seu favor, não tendo recolhida a décima segunda e última por motivo de desemprego (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 31.140-MG</p>	<p align="center">10/11/71</p>
<p>Pensão Previdenciária - Dispensa de alimentos - Morte do marido - A esposa que dispensou no acordo para desquite amigável a prestação de alimentos por parte do marido, conserva, não obstante, o direito de receber a pensão instituída por sua morte (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 32.164-SP</p>	<p align="center">12/11/76</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Pensão Previdenciária - Morte do filho - A mãe casada não tem direito à pensão, por morte do filho, por não ser considerada legalmente como sua dependente, porque já era inscrita como dependente do esposo - Inexistência de comprovação, no sentido legal, da dependência econômica, com apoio da LOPS (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 47.619-MG</p>	<p align="center">18/03/77</p>
<p>Prazo - Obstáculo judicial - Embargos - Efeitos de sua interposição - Interpostos, por uma das partes, embargos declaratórios, suspenso resta o prazo legal concedido ao outro litigante para apresentar recurso extraordinário - A retirada de autos da Secretaria, durante prazo comum, por um litigante, cria, para o outro, evidente obstáculo judicial, justificador de despacho que devolva à parte prejudicada o prazo de recurso, mesmo que contra tal óbice, no momento em que ocorreu, não se tenha levantado o litigante que arcou com o prejuízo (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGRAR 325-SP</p>	<p align="center">21/11/75</p>
<p>Prescrição - Cumprimento da pena - No caso de fuga do condenado, a prescrição, do restante da pena a cumprir, não pode ser contada retroativamente (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RCCR 318-SP</p>	<p align="center">25/08/75</p>
<p>Prestação de Serviço - Tráfico de influência - Transação comercial - Procedência, em parte, de ação ordinária, ajuizada contra a União, para remuneração de serviços extraordinários, úteis, prestados por particular, não obstante a falta de prévio contrato, por escrito, com a Administração Pública - Não se tratando de ato, mas sim de fato jurídico, a prova a cargo do autor era livre - Indenização apurada em liquidação de sentença (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 31.553-DF</p>	<p align="center">1º/11/76</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Previdência Social - Aposentadoria - Direito de fazer retrotrair o benefício conseguido - No caso de afastamento de emprego, anterior à concessão da aposentadoria, o pagamento dos respectivos proventos retroage à data do afastamento - Na hipótese contrária, fica na dependência dele (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.737-RN</p>	<p align="center">08/11/71</p>
<p>Previdência Social - Aposentadoria por tempo de serviço - Justificação judicial - Prova - Ação ordinária destinada a declarar completado o tempo de serviço do segurado, necessário à sua aposentadoria, por meio de justificação judicial, não contrariada por qualquer outra prova - Só produzirão efeito em relação à Previdência Social quando realizadas com prévia citação do representante legal do INPS (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 27.948-CE</p>	<p align="center">30/11/71</p>
<p>Prisão Albergue - Requisitos objetivos e subjetivos da concessão - Réu condenado, sendo reincidente específico, não satisfazendo os requisitos para gozar do benefício - Não tem direito o condenado em estado perigoso (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 3.723-PE</p>	<p align="center">05/05/78</p>
<p>Prisão Preventiva - Requisitos - A prisão preventiva obrigatória, para decretar-se, requer prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria, e a facultativa deverá, ainda, atender aos requisitos do art. 313 do Código de Processo Penal - O Juiz justificou por outra maneira, motivo pelo qual não podia decretar a prisão preventiva (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RCCR 95-RS</p>	<p align="center">19/10/65</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Procuradores Autárquicos - Direito de sessenta dias de férias por ano - Reconhecimento - Aplicação da Lei 2.123/53, que equiparou os Procuradores das Autarquias aos membros do Ministério Público da União - Esse direito não é outorgado apenas ao funcionário efetivo, mas a todos aqueles com mais de um ano de exercício (Desprovemento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 67.286-BA</p>	<p align="center">1º/12/71</p>
<p>Receptação Culposa - Aquisição de mercadoria importada - Não caracterização, na espécie, de contrabando ou descaminho - A aquisição de mercadoria estrangeira para uso próprio, não comercial, sem o cuidado de verificação de sua procedência, é fato que deve ser qualificado como receptação culposa e não dolosa (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.848-GO</p>	<p align="center">17/05/71</p>
<p>Reclamação Trabalhista - Adicional de insalubridade - Chefe de Atendimento do INPS - Laudo alegando que o reclamante não mantinha contato permanente com doentes portadores de moléstias infecto-contagiosas - Somente o contato permanente com os doentes legitima o enquadramento no adicional de insalubridade, inexistindo, assim, divergência entre os julgados deste Tribunal (Desprovemento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">ERO 1.087-BA</p>	<p align="center">13/11/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reclamação Trabalhista - Contrato de trabalho - Rescisão - Celetista da Empresa Brasileira de Correios e Telegráfos - Demissão por justa causa - Falta ao serviço sem justificar - Possuindo a Empregadora serviço médico próprio, a justificação de faltas dos empregados fica subordinada a atestado médico desse serviço - Procedência para assegurar, não obstante, ao mesmo reclamante, saldo de salários, 13º salário, férias e a liberação do FGTS (Provímento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p>RO 2.955-AL</p>	<p>28/08/78</p>
<p>Registro de Marca - Nulidade - O simples possuidor de marca não registrada no Brasil não pode usar da ação de nulidade contra o registro de marca idêntica ou semelhante, salvo se houvesse impugnado o registro julgado prejudicial e requerido o seu nos prazos da lei (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 32.596-SP</p>	<p>20/06/73</p>
<p>Registro de Marca - Instituto Nacional da Propriedade Industrial - (INPI) - Marca de Indústria e Comércio - Direito de preferência - Alegação de uso anterior no Brasil - Na impossibilidade de comprovação do fato na via estreita do mandado de segurança, ressalva-se à impetrante, amplamente, as vias ordinárias (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AMS 78.891-RJ</p>	<p>18/02/76</p>
<p>Responsabilidade Civil - Acidente de automóvel - Danos causados por ato de funcionário do Estado - Indenização - Pela doutrina do risco criado, adotada pela Constituição, a responsabilidade do Estado, pelos atos de seus funcionários, é presumida - Cabe à Administração o ônus de provar a culpa exclusiva ou concorrente da vítima, para excluir ou atenuar a indenização (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p>AC 26.947-GB</p>	<p>26/04/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Responsabilidade Civil - Incêndio em consequência de vazamento em oleoduto - Morte de dois menores - Reconhecimento da responsabilidade da Petrobrás e conseqüente condenação desta a compensar os pais dos menores (durante todo o período de vida provável das vítimas) a perda econômica que sofreram estimada em um terço do salário mínimo vigente para adulto (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.234-GB</p>	<p align="center">24/11/71</p>
<p>Sanção Administrativa - Devedor remisso - O pagamento sob pena de apreensão de mercadoria ofende o principio da liberdade de profissão (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 64.952-SP</p>	<p align="center">09/03/70</p>
<p>Seguro de Vida - Acidente de automóvel - Não obstante alvará expedido pela Justiça Estadual a favor de beneficiários, que se dizem prejudicados pela morte do segurado, não se pode negar, de plano, à seguradora o direito de discutir a legitimidade da multa que lhe foi imposta pela SUSEP e o direito dos beneficiários não nomeados ao pagamento do seguro (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 38.222-RJ</p>	<p align="center">25/08/75</p>
<p>Sentença - Integração da instância - Citação - Nulidade - É nula a sentença proferida sem a integração da instância com a citação de todos quantos deveriam, necessariamente, completá-la - Havendo pluralidade de pessoas, cuja citação seja necessária para a solução da controvérsia, a convocação de todos é uma imposição da lei (Provimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 26.850-PE</p>	<p align="center">08/04/70</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Seqüestro - Revogação - Recebida a apelação e remetidos os autos principais à instância superior, não tem mais o Juiz competência para revogação de seqüestro concedido na pendência da lide - Nulidade do despacho do Juiz (Deferimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 72.005-PR</p>	<p align="center">1º/03/73</p>
<p>Serviço Social Rural - Contribuição de 3% - Refinaria de Açúcar - Isenção - Devem as refinarias que se destinam ao beneficiamento do açúcar contribuir para o SESI e o SENAI, não lhes sendo cobrável a taxa de 3% destinada ao SSR (Provimento parcial) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 24.102-GB</p>	<p align="center">16/08/67</p>
<p>Servidor Público - Contagem de tempo de serviço para efeito de gratificação "Verba Três" - A Lei 2.284/64 dá ao Servidor equiparado todas as vantagens estatutárias - O pagamento pela "Verba Três" não retira ao serviço prestado o caráter de serviço público, contável para efeito de aposentadoria ou percepção de adicionais (desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 40.577-GB</p>	<p align="center">18/05/66</p>
<p>Sindicato - Cassação - Comissão da Carta de Reconhecimento Sindical - Penalidade - A cassação está definida pela própria Consolidação como pena e, portanto, não pode ser imposta à revelia do acusado (Concessão) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 66.357-DF</p>	<p align="center">14/05/70</p>
<p>Trabalhador Autônomo - Vínculo empregatício - O chofer de táxi, locatário do seu automóvel, sem vínculo de emprego com o proprietário-locador, classifica-se como trabalhador autônomo, não obstante a definição de condutor de veículo - Procedência da ação ordinária para exonerar o locador da obrigação de anotar a carteira profissional do locatário (Desprovimento) (T3) (TFR)</p>	<p align="center">AC 28.610-GB</p>	<p align="center">19/06/72</p>